

Vidas ilícitas: transfobia e situação de rua em São Paulo, Brasil

Illicit lives: Transphobia and homelessness in São Paulo, Brazil

Gilson Gomes Coelho* 

Câmpus de Paranaíba, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MS, Brasil (gilson.gomes@ufms.br)

Fernando Silva Teixeira Filho 

Programa de pós-graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, Brasil (fernando.teixeira@unesp.br)

*Autor para correspondência.

Recibido: 21-octubre-2024

Aceptado: 08-julio-2025

Publicación: 15-julio-2025

Citación recomendada: Coelho, G. G., & Teixeira Filho, F. S. (2025). Vidas ilícitas: transfobia e situação de rua em São Paulo, Brasil. *Psicoperspectivas*, 24(2). <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol24-issue2-fulltext-3372>

Resumo

Este estudo investiga a intersecção entre transfobia e a situação de rua (SR) em São Paulo, destacando como essas realidades se entrelaçam para intensificar a vulnerabilidade de sujeitos trans. A pesquisa partiu do reconhecimento da heterogeneidade da População em Situação de Rua (PSR), conforme estipulado pelo Decreto Brasileiro nº 7.053, que aborda não apenas as demandas coletivas, como a pobreza extrema e a falta de moradia regular, mas também as especificidades relacionadas a gênero e sexualidade. A partir de uma perspectiva interseccional, buscamos entender como as experiências de exclusão social, desumanização e precariedade se manifestam na vida de pessoas trans em SR. A análise revelou que a cisgenderidade, como sistema de privilégios, contribui para a marginalização e violência direcionada a sujeitos que desobedecem aos padrões tradicionais de gênero. Adicionalmente, examinamos as dinâmicas de resistência e enfrentamento cotidiano que homens e mulheres transexuais adotam em resposta a essas adversidades, tanto nas ruas quanto nos Centros de Convivência para a População Adulta em Situação de Rua. Esta pesquisa apontou para a necessidade urgente de políticas públicas mais inclusivas que considerem as especificidades da população trans, visando a promoção de direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: interseccionalidade, políticas públicas, situação de rua, transfobia, vulnerabilidade

Abstract

This study investigates the intersection between transphobia and homelessness (SR) in São Paulo, highlighting how these realities intertwine to intensify the vulnerability of trans individuals. The research was based on the recognition of the heterogeneity of the Homeless Population (PSR), as outlined by Brazilian Decree No. 7.053, which addresses not only collective issues such as extreme poverty and lack of regular housing but also the specificities related to gender and sexuality. From an intersectional perspective, we sought to understand how experiences of social exclusion, dehumanization, and precariousness manifest in the lives of trans people experiencing homelessness. The analysis revealed that cisgenderism, as a system of privileges, contributes to the marginalization and violence directed at individuals who disobey traditional gender norms. Additionally, we examined the dynamics of resistance and coping strategies adopted by transgender men and women in response to these adversities, both on the streets and in Centers for Homeless Adults. This study pointed to the urgent need for more inclusive public policies that consider the specific needs of the trans population, aiming at the promotion of human rights and the construction of a more just and equitable society.

Keywords: homelessness, intersectionality, public policies, transphobia, vulnerability

Conflitos de interesse: As pessoas autoras declaram não tener conflictos de interesse.



Publicado bajo [Licencia Creative Commons Atribución/Reconocimiento 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY 4.0)

A sigla LGBT —ainda utilizada em documentos oficiais no Brasil, conforme Simões e Facchini (2009) — sem a intenção de invisibilizar outras variações, abrange tanto orientações sexuais, como lésbicas, gays e bissexuais, quanto identidades de gênero, incluindo transexuais e travestis. Esta pesquisa visou destacar as condições enfrentadas por pessoas que se identificam com a sigla LGBT. Em especial, o estudo enfoca-se em pessoas trans (em adiante, pessoas T) que estão em Situação de Rua (em adiante, SR), particularmente aquelas que transitam entre esses dois marcadores, que são vistos e tratados como "proibidos" ou inconcebíveis, rompendo com o modelo cisgênero, ou simplesmente "cis", termo utilizado para descrever a aderência compulsória entre sexo e gênero (Hining & Toneli, 2023). Essa ruptura com a cisgeneridade gera transfobia, baseada na ideologia de uma fictícia superioridade em relação aos que fogem dos padrões hegemônicos de gênero, configurando-se como um espectro da LGBTfobia.

Coelho (2022) define LGBTfobia como atitudes negativas e prejudiciais que veem como inferiores as pessoas fora dos padrões de gênero e sexualidade, resultando em violências e dificultando o acesso a direitos básicos. Em similaridade, com o conceito de dispositivo de Foucault (2020), a LGBTfobia pode ser considerada um dispositivo de poder, legitimado para manter uma suposta ordem social em torno da sexualidade e do gênero, naturalizando hierarquias sociais como condições naturais. Vale ressaltar que a definição de "cisgênero" refere-se a pessoas cuja identidade de gênero está em conformidade com o sexo que lhes foi conferido no nascimento, ou seja, que não enfrentam uma discordância entre seu gênero e sexo biológico. Um sistema binário de gênero, que divide a sociedade em duas categorias: macho/fêmea, masculino/feminino, pressupondo que a identidade de gênero seja um reflexo natural e acessório do sexo biológico, o que a filósofa Judith Butler chama de "naturalização do gênero" (Butler, 2019).

A performatividade de gênero, como discutido por Butler (2019), é um conceito central na compreensão das identidades de gênero e argumenta que gênero não é essência, mas construção social continuamente realizada através de atos e expressões. Assim, "performance" refere-se não apenas aos comportamentos de gênero, mas também à repetição e norma que esses comportamentos estabelecem. Em contextos de vulnerabilidade, como a SR, a performance de gênero pode ser ainda mais complexa. Muitas pessoas que desafiam as normas tradicionais enfrentam consequências sociais, incluindo marginalização e violência. Essa dinâmica ressalta a importância de compreender a performance de gênero dentro da interseccionalidade, onde diferentes identidades se entrelaçam e influenciam as experiências de vida das pessoas. O gênero, como uma construção social normativa, não pode ser entendido de maneira reduzida à combinação compulsória entre sexo e gênero. Ele é uma ferramenta de dominação e poder que serve como fundamento para categorizar o que pode ou não ser reconhecido como humano. Quando não há reconhecimento de humanidade, cria-se facilmente a justificativa para decidir o lugar social de cada pessoa e quais singularidades podem existir (Hining & Toneli, 2023). Assim, corpos considerados "ilícitos" passam a sofrer diversas formas naturalizadas de violência e exclusão, compondo um cotidiano marcado por um ciclo contínuo de sofrimento, tornado mais grave para aqueles em SR.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022), em 2021, o Brasil registrou, pelo 13o. ano consecutivo, o maior número de mortes motivadas por transfobia no mundo, com 140 assassinatos de pessoas trans. Desses, 135 foram de mulheres trans e travestis, representando 96% das vítimas, o que evidencia que a escolha das vítimas está diretamente ligada à identidade de gênero feminina (p. 51). Além disso, cinco dos casos foram de homens trans (p. 30). Esses dados indicam que a transfobia no país afeta desproporcionalmente pessoas que expressam uma identidade feminina, sendo este um fator preponderante na violência dirigida a essa população. Entre 2017 e 2021, houve um número considerável de assassinatos de pessoas T no Brasil, com o estado de São Paulo liderando em casos. Em 2021, uma pequena fração dos crimes teve suspeitos identificados ou presos, evidenciando a impunidade prevalente em crimes de ódio contra essa população.

A transfobia não apenas marginaliza e exclui pessoas trans dos espaços sociais, mas também contribui diretamente para a vulnerabilidade socioeconômica que frequentemente leva à SR. Pessoas T, especialmente mulheres T, enfrentam barreiras ao mercado de trabalho formal, ao acesso à educação e

à moradia, resultando em um ciclo de exclusão que as empurra para rua (Alves et al., 2023). Esse cenário, na visão de Dias *et al.* (2025), é agravado pela violência transfóbica, que se intensifica na SR, onde a visibilidade das identidades trans e travestis em um ambiente socialmente hostil aumenta o risco de violência física e simbólica. A condição de SR, por sua vez, desumaniza ainda mais esses corpos, já marginalizados pela sociedade, reforçando a percepção de que eles não merecem proteção ou dignidade, aprofundando o ciclo de precarização.

O Decreto Brasileiro No. 7.053 (Brasil, 2009) reconhece a heterogeneidade da PSR e destaca demandas coletivas, como pobreza extrema, vínculos familiares fragilizados e a falta de moradia regular. O documento também identifica especificidades que requerem atenção, especialmente em relação às questões de gênero e sexualidade. Pessoas que não se enquadram nos padrões cisgêneros enfrentam uma perda significativa de privilégios e são frequentemente desumanizadas, sendo vistas como “pseudocorpos”, o que afeta sua aceitação como seres humanos (Favero, 2019). Essa desumanização reflete-se em políticas públicas e serviços que não atendem às necessidades dessa população. A transfobia aliada à SR agrava a vulnerabilidade dessas pessoas, conforme destacam Silva et al. (2024).

O privilégio da cisgeneridade intensifica a precarização das pessoas T em SR, colocando-as em uma posição social vulnerável, com acesso restrito à proteção contra a violência e a direitos básicos. Butler (2019) argumenta que a precariedade é socialmente distribuída, excluindo grupos como as pessoas T das redes de proteção social. Essa vulnerabilidade é resultado de um empobrecimento sistemático que afeta grupos específicos. De acordo com Butler (2019), essa condição é marcada pela falta de acesso a direitos e recursos essenciais para a dignidade humana. As histórias dessas pessoas são marcadas por obstáculos, tanto objetivos quanto subjetivos, gerados pela transfobia, que incluem a fragilização das relações familiares e o desmantelamento das redes de apoio (Jara, 2021; Silva et al., 2021). A evasão escolar, por sua vez, agrava a vulnerabilidade, principalmente entre identidades femininas e negras, frequentemente levando à prostituição. Em contraste, os grupos cisgêneros têm seus espaços e necessidades assegurados, o que evidencia a desigualdade na organização social e nos recursos disponíveis (Butler, 2019). Essa disparidade se torna ainda mais clara nas ruas, onde as condições de vida e os recursos para pessoas T são severamente limitados.

Método

Desenho

Para investigar essas questões, a pesquisa utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica, conforme sugerido por Akotirene (2020), com o intuito de compreender as interações entre as diferentes formas de exclusão social enfrentadas pelas pessoas T em SR. O objetivo foi identificar os enfrentamentos cotidianos e os mecanismos de resistência utilizados por homens e mulheres T em SR na cidade de São Paulo, tanto nas ruas quanto nos Centros de Convivência para a População Adulta em Situação de Rua. O desenho da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", CAAE: 17473019.4.0000.5401 – Aprovado sob No 3.689.764 (UNESP, Campus de Assis, São Paulo, Brasil).

Participantes

As pessoas participantes da pesquisa eram usuárias dos Núcleos de Convivência para a População Adulta em SR de São Paulo, escolhidas por serem transgênero, maiores de 18 anos e por voluntariamente desejarem participar. Quatro pessoas, com idades de 23 a 39 anos, participaram. Destas, 60% se identificaram como pretos/pardos e 40% como brancos. Todos se declararam heterossexuais. Em escolaridade, 60% têm ensino médio completo, 20% ensino médio incompleto e 20% ensino fundamental incompleto.

Aspectos éticos

Para manter o anonimato dos participantes, utilizou-se a letra "P", seguida de uma sequência numérica de 1 a 4. Essa abordagem não só protege a identidade dos indivíduos, mas também reivindica o reconhecimento de suas singularidades como seres humanos, uma vez que frequentemente são

desalojados desse lugar social. assegurando que todos os procedimentos éticos foram rigorosamente seguidos. Além disso, todos os participantes concordaram com a sua participação, manifestada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tabela 1.
Identificação das pessoas entrevistadas

Ordem	Nome	Idade	Gênero	Orientação Sexual	Escolaridade	Cor
1	P1	28	Mulher T	Heterossexual	Ens. Médio completo	Parda
2	P2	25	Homem T	Heterossexual	Ens. Médio incompleto	Preta
3	P3	23	Mulher T	Heterossexual	Ens. Médio completo	Branca
4	P4	39	Mulher T	Heterossexual	Ens. Médio incompleto	Branca

Instrumentos

A pesquisa utilizou diversos instrumentos para coletar e analisar dados relevantes sobre as experiências das pessoas T em SR. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes, cada uma com uma duração aproximada de 40 minutos, para obter uma compreensão profunda das suas vivências, desafios e estratégias de enfrentamento. As entrevistas individuais permitiram uma análise mais rica das dinâmicas pessoais e os sentidos produzidos sobre os desafios enfrentados. Foram realizadas utilizando um roteiro específico, com perguntas direcionadas à compreensão das dificuldades enfrentadas por pessoas em SR. Durante as entrevistas, foram levantadas considerações sobre os serviços do Centro de Convivência e as estratégias de enfrentamento, que se referem à resistência e seus mecanismos, a partir das experiências dos participantes. A análise dos relatos foi realizada com base na análise do discurso, que, em linhas gerais, se atenta a desvendar o que está por trás das ideologias propagadas em torno do gênero, pensado aqui como um dispositivo no mesmo sentido de Foucault. A pesquisa de campo adotou o método qualitativo, conforme recomendado por Lakatos e Marconi (2003), que é apropriado para estudar fenômenos inter cruzados e para a exploração minuciosa dos dados. A escolha desse método possibilitou uma análise detalhada das experiências das pessoas T em SR.

Análise

Os dados coletados foram analisados com base na Análise do Discurso Francesa (ADF), desenvolvida por Michel Pêcheux a partir da década de 1960. A ADF rejeita a ideia de neutralidade linguística e foca no estudo dos sentidos produzidos pela linguagem, considerando os contextos sociais, históricos e ideológicos. Segundo Morais (2024), a ADF busca revelar as intencionalidades estratégicas das ideologias veiculadas pelos discursos. Essa abordagem permite desnaturalizar e reorganizar relações sociais, desafiando formas hegemônicas de dominação, como, por exemplo, “desmentir” a naturalização presente no imaginário coletivo de que a pobreza associada à SR é algo inerente, assim como a compulsoriedade entre o sistema sexo x gênero.

As entrevistas individuais foram transcritas na íntegra, e os dados foram preparados para análise. Esse processo envolveu a organização e sistematização das informações coletadas, com a seleção intencional de trechos que dialogavam com a proposta do estudo, assegurando o alcance dos objetivos propostos. A ADF foi utilizada para examinar os dados transcritos, focando na identificação dos sentidos produzidos pela linguagem e nas ideologias subjacentes aos discursos dos participantes. A análise envolveu a interpretação das intencionalidades e das influências sociais e históricas presentes nas respostas.

Resultados e Discussão

Após a transcrição e análise das entrevistas, foram identificadas algumas categorias temáticas principais: (i) vulnerabilidades e enfrentamentos no contexto da SR; (ii) inclusão/Exclusão nos serviços voltados para a PSR, (iii) estratégias de resistência no cotidiano da rua . Essas categorias temáticas forneceram uma

visão abrangente das experiências enfrentadas pelas pessoas T em SR e destacaram a complexa interação entre transfobia, SR e os serviços disponíveis, no caso, nos Centros de Convivência para a população adulta em situação de rua, além das estratégias adotadas para lidar com essas adversidades.

Vulnerabilidades e enfrentamentos no contexto da SR

Esta categoria explorou como a transfobia e a SR se entrelaçam de forma interseccional, resultando em intensas condições de pobreza e miserabilidade. A análise revelou que essas condições de vulnerabilidade são exacerbadas pela combinação de discriminação de gênero e exclusão social, especialmente pelo fato de os indivíduos não se enquadrarem no sistema binário de gênero. Isso teve repercussões distintas para homens e mulheres não binários.

No Brasil, a expressão “situação”, quando se trata da PSR, indica que o espaço da rua pode ser utilizado para morar, trabalhar e/ou para a produção de sociabilidades, independentemente da permanência e do tempo de uso desses espaços (Leite, 2017). Por isso, o conceito de “pessoa em situação de rua” busca superar as limitações de termos como morador de rua, que os fixa como um grupo em uma condição específica, caracterizada por um conjunto de carências (Pimenta, 2019, p. 83). Essa perspectiva considera a integração de diferentes marcadores sociais, pontos indispensáveis para um melhor entendimento dessa população. Se por um lado a PSR sempre esteve vinculada aos processos migratórios de meados do século XX, conforme apontado por Nobre et al. (2018), atualmente — pelo menos na cidade de São Paulo —, a situação não é mais a mesma. Pesquisas mais recentes que descrevem o perfil socioeconômico da PSR no município sinalizam uma diminuição considerável de migrantes ao longo do tempo (Schor, 2018). A pesquisa mais recente, realizada em 2019, revelou que havia 24.344 pessoas em SR, das quais 85% eram do sexo masculino e 96,7% de naturalidade brasileira. A maioria nasceu no estado de São Paulo (55%), mas apenas 30% eram naturais da capital, com o restante vindo de outros estados, principalmente Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. No total, 25.1% eram oriundos da região Nordeste (Qualitest Inteligência em Pesquisa, 2019).

Para compreender a produção das precariedades cruzadas, resultantes do cruzamento entre a SR e a transfobia, que culminam na exclusão dentro do próprio contexto da rua, foi necessário explorar as diversas nuances que articulam essa exclusão. Na perspectiva de Sawaia (2001), a exclusão é um fenômeno complexo, com várias faces e dimensões — material, política, relacional e subjetiva —, sendo um processo tênue e dialético que existe apenas em oposição à inclusão, constituindo parte essencial dela. Ou seja, mesmo dentro de uma realidade comum, como a daqueles em SR, encontramos sentidos diferentes e contrastes que revelam visões de mundo muito distintas. Esses contrastes trazem à tona uma variedade de vozes que produzem um discurso singular, permitindo entender pela perspectiva dos próprios sujeitos, como vivem, entendem sua realidade e, quais estratégias podem ser construídas para superar adversidades do cotidiano. Isso possibilita a criação de novas formas de entender a realidade, uma vez que, no âmbito material, as trajetórias dessas pessoas evidenciam a interconexão de fatores como desemprego, pobreza econômica e material, além de diversas formas de violência. Na esfera da saúde, é crucial abordar a estigmatização e a ausência de tratamentos direcionados a esse público. A dificuldade de acesso e utilização de serviços especializados, como o acompanhamento para reposição hormonal e os serviços de prevenção e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), permanece evidente. Observa-se um risco aumentado para ISTs em relacionamentos estáveis entre essas pessoas. Esse panorama é evidenciado pela pesquisa feita por Barros et al. (2024), que destacam a utilização dos serviços de saúde por mulheres T em SR em cinco capitais brasileiras, indicando a necessidade urgente de um enfoque mais inclusivo e eficaz na assistência à saúde dessa população.

Inclusão/Exclusão nos serviços voltados para a PSR

O foco desta categoria foi entender como os processos de inclusão e exclusão são aplicados nos Centros de Convivência destinados à PSR. A pesquisa identificou que os serviços podem, por vezes, excluir indivíduos com base em estigmas relacionados à identidade de gênero, destacando lacunas e áreas que necessitam de melhorias para atender adequadamente essa população. No entanto, também foram reconhecidos pontos positivos, com algumas entrevistas destacando aspectos favoráveis dos serviços prestados. Esses relatos são importantes, pois representam um lócus de resistência às adversidades enfrentadas.

O envolvimento de homens heterossexuais é atravessado pela transfobia, conforme destaca Favero (2019, p. 189), ao dizer que é capaz de borrar a vida afetiva e sexual de modo expressivo pelo fato delas ocuparem a condição de abjetas, contribuindo para um condicionamento quase crônico de solidão na SR, conforme destaca P3, ao dizer que “Eu não diria amigos, eu não tenho amigos”. Essa rede de parcerias frágeis é, para Matos (2021) e Temponi et al. (2022), a repetição de um sistema de opressão que ocasiona paulatinamente o enfraquecimento de laços com instituições basais (casa, escola, trabalho). A ruptura com o modelo binário, ao gerar transfobia, leva as vítimas a uma trajetória marcada por processos de exclusão, marginalização e violência. Esses processos podem resultar na ruptura e fragilização de laços sociais importantes, fazendo com que a exclusão seja experimentada em diversos contextos, incluindo na própria rua ou nos equipamentos destinados ao atendimento da PSR na cidade de São Paulo.

Como a transfobia é tanto estrutural quanto estruturante das relações, Souza e Tanaka (2021) denunciam que o Estado e as instituições sociais desempenham o papel de reprodutores e mantenedores da exclusão social. Ao deslegitimar as especificidades dessa população, essas instituições acabam submetendo-a à invisibilidade e, de certo modo, até autorizando a produção de inúmeras formas de violência. Silva et al. (2021) explica que isso é resultado do despreparo institucional para atender às particularidades dessas identidades, uma vez que as políticas públicas destinadas às PSR ainda são alimentadas ideologicamente pela essencialização cisheteronormativa, o que acaba reproduzindo a violação de direitos. Nos Centros de Convivência para a população adulta em SR, inserida na Rede de Proteção Social Especial e tipificada como de média complexidade (Brasil, 2014), a proposta central é a estimulação e o fortalecimento de vínculos, considerados necessários para que os usuários se distanciem de violações de maior intensidade. Além disso, esses centros oferecem serviços essenciais, como higiene e alimentação, funcionando das 8h às 22h, todos os dias da semana.

Durante a permanência dos pesquisadores nos Centros de Convivência, notou-se que a cultura organizacional desses centros era pautada por paradigmas religiosos e que o atendimento psicossocial oferecido não estava alinhado às necessidades da população estudada. Sob a perspectiva de Foucault (2020), é possível destacar o perigo de ter os Centros de Convivência para a População Adulta em SR regidos por doutrinas religiosas, pois a religião pode ser um agente na produção de transfobia ao demonizar o sexo, o afeto e os corpos que subvertem a norma binária. Além de violar a laicidade estatal, é sabido que a religião, enquanto dispositivo ideológico conforme o pensamento foucaultiano, fomenta a exclusão ao essencializar identidades e orientações sexuais. Logo, é comum encontrar, no cotidiano dessas instituições, tentativas de proibir ou modificar comportamentos estabelecidos.

P4: porque no centro de apoio são pouquíssimos que aceitam uma transexual, entendeu? Ainda não tem no centro de acolhida preparo para aceitar uma transexual. Então, é muito difícil você ser obrigado a ser uma coisa que você não é para você não ter que dormir na rua, porque eu já cheguei a dormir uma semana e foi muito difícil, você não dorme, é deprimente, é muito deprimente.

Portanto, a conexão entre religião e os serviços voltados para atender essa população pode ser problemática devido às conexões históricas que permanecem: a prática da caridade, como estratégia que não discute direitos, e a transfobia, profundamente enraizada em nossa sociedade. Em nome de Deus tem-se ensinado que o correto é não aceitar as diferenças. Nestes espaços, Jara (2021), destaca que os serviços destinados ao atendimento às PSR são ineficazes para atender às singularidades da população T, já que esses serviços não contemplam as necessidades específicas de transexuais e frequentemente os profissionais desses equipamentos reproduzem a violência institucional por meio de assédio e desrespeito à privacidade, especialmente em relação às pessoas que vivem da prostituição. Em muitos espaços, não há o reconhecimento legítimo dessas pessoas como seres humanos plenos, devido à sua condição fora da cisgeneridade.

P3: Eu expliquei a minha situação para assistente social, eu mostrei tudo para ele e mesmo assim ele fazia questão de me tratar conforme ele via e não conforme eu queria, ele fazia questão de jogar, evidenciar, isso na minha cara. E isso é doloroso porque eu já tive bem, eu já tive como eu realmente queria estar. E hoje, me ver nessa situação não é bom para mim, então eu penso que uma pessoa que lida com as pessoas, lida com o público, ela tem que saber como falar, como se expressar ou então ela está na profissão errada.

Como se percebe, a manutenção incessante do controle dominante como economia política é sustentada pelo discurso de verdade, que naturaliza os lugares ocupados socialmente como uma condição natural. Isso ocorre não apenas no nível da materialidade, mas também das subjetividades. Com esses efeitos, os corpos que estão fora dos contornos do binarismo de gênero têm suas subjetividades interpeladas pelas instâncias sociais, que impõem poder por meio do discurso, relegando esses corpos ao status de abjetos. Conforme nos lembram Silva et al. (2021), essas subjetividades condicionadas frequentemente adotam o silenciamento como uma tática para continuar vivendo. P4: “eu tenho perucas, eu não posso me montar porque sofri muito bullying.”

Em comparação, uma entrevistada relatou que a transfobia é mais acentuada nos serviços destinados a essa população do que entre as próprias pessoas em SR, denunciando o despreparo técnico e profissional para atender às especificidades de pessoas T. Para Barros et al. (2024), isso resulta no apagamento dessas existências pelas políticas públicas. A transfobia vivenciada na SR tem produzido repercussões psicológicas: P3: “devido à pressão, a gente vai perdendo o gosto, vai perdendo a graça em viver. E, automaticamente, a gente vai abandonando as coisas.” Essa situação reflete a realidade dos equipamentos de atendimento à PSR, citada por Jara (2021) em relação à negação do nome social.

P3: A gente sofre preconceito em qualquer lugar, não tem essa de estar na rua, em uma situação melhor ou em uma situação pior. A diferença, vou ser bem sincera contigo... a gente recebe muito mais respeito dos moradores de rua do que das pessoas que atendem essa população, entendeu? Os moradores de rua em si, te respeitam, te tratam bem. Eles brincam? Brincam! Mas nada fora do respeito. Mas as pessoas que vão te atender, uma um assistente social aqui não sabe te atender. Ele quer te tratar da maneira que ele quer e não à maneira como você se sente bem. Não tem esse preparo, então, chega a ser muito desconfortável.

Se os Centros de Convivência são planejados para atender às necessidades básicas, a ausência de privacidade e as dificuldades no uso dos banheiros nesses locais destacam o despreparo nas ações cotidianas do serviço público, pautadas no binarismo sexual. Embora as pessoas trans sejam reconhecidas como pertencentes ao "feminino" ou ao "masculino", elas frequentemente perdem o direito de acessar os mesmos banheiros que são comuns ao restante das pessoas em SR para atender às necessidades fisiológicas e de higiene, como evidenciado:

P2: Eu vou usar o banheiro masculino. Mas tem vez que eu falo: “Eu sou mulher”, mas aí a pessoa fica olhando, “mas seu banheiro já não era para ser aqui que não sei o quê”, entendeu?

Assim, as violências se tornam cada vez mais frequentes nas instituições por onde passam, e a violência simbólica se manifesta nas diversas agressões físicas e psicológicas que sofrem por apresentarem uma performance tida como socialmente estranha e marcada por exclusão (Santos, 2021). O cotidiano dessas pessoas é composto pelo enfrentamento diário de intolerância à diversidade de gênero, incluindo constrangimentos decorrentes da invasão da vida íntima e assédio sexual, como relatado por P4: “Você vai tomar banho e tem que usar o mesmo banheiro que os homens usam, aí o cara não entende, “Eu estou vendo uma mulher com seios aqui”. É meio constrangedor!” A falta de conhecimento sobre as especificidades da população atendida impede que as práticas potencializem suas habilidades. Muitas vezes, o serviço concentra-se exclusivamente no problema, sem considerar a pessoa como um todo. Além disso, equipamentos públicos -como Centros de Convivência-, mantêm abordagens reducionistas baseadas no modelo binário, excluindo pautas essenciais das políticas. Pouco se investe em uma estrutura democrática que garanta condições mínimas, como banheiros e dormitórios seguros, atendendo às necessidades básicas e assegurando o direito ao uso do nome social como legítimo.

A ausência de qualificação oferecida aos trabalhadores no campo das políticas públicas foi evidenciada na pesquisa, que aponta o que seria necessário para melhorar essa situação. Em palavras de P2: “Pessoas bem qualificadas, né? E dispostas a ver o que a gente passa, a sentir com a gente assim, na pele mesmo e se entregar, se jogar de coração com amor.” Isso está em linha com o que apontam Souza e Tanaka (2021), que destacam a falta de investimento na formação técnica sobre pautas relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade. Essa lacuna contribui para o não reconhecimento da humanidade e dos direitos das pessoas fora da cisgeneridade. Na visão desses autores, isso resulta na reprodução alienada de práticas assistencialistas, ancoradas na falta de conhecimento sobre as especificidades e necessidades dessas identidades nos territórios; como consequência, a possibilidade de garantir direitos

básicos é diminuída. Segundo Dias et al. (2025), isso pode ser compreendido como a reprodução da violência transfóbica, frequentemente manifestada pelo uso de terminologias inadequadas, o que reforça estigmas, desestimula o interesse pelos serviços e resulta na não adesão aos programas oferecidos.

Os desafios enfrentados pelas pessoas T nos Centros de Convivência e em contextos de SR revelam a complexidade e a multidimensionalidade dos processos de exclusão. O desemprego e a falta de trabalho emergem como fatores cruciais nos relatos dos participantes, entrelaçando-se com a transfobia e os estigmas associados à falta de comprovação de moradia fixa e ao uso de serviços de apoio. Enquanto homens trans enfrentam invisibilidade e preconceitos relacionados à expressão de gênero, suas trajetórias também se distinguem das identidades femininas pelo fato de que raramente se envolvem em atividades marginalizadas, como a prostituição, o que é mais recorrente entre mulheres trans. Essas mulheres, por sua vez, enfrentam barreiras adicionais como a violência de gênero e a moralização negativa de seus corpos no imaginário social, tornando-as mais suscetíveis à violência, à prostituição forçada como forma de sobrevivência, e a dificuldades em relacionamentos afetivos e na integração social.

No contexto da SR, o emprego formal ainda é um desafio importante para assegurar a oportunidade, autonomia e participação social dessas identidades. Na sociedade contemporânea, é comum homogeneizar particularidades e confeccionar rótulos depreciativos que imprimem marcas fixas sobre tais corpos. P1 afirma: “Eles não aceitam, eles não querem um “viado” trabalhando atrás de um balcão de uma loja ou então circulando na loja deles”, dessa forma — produzindo com isso identidades desterritorializadas. À medida que o corpo e a performance de gênero se aproximavam cada vez mais do feminino, inúmeras violações foram se tornando mais expressivas, comprometendo o acesso e a permanência em postos formais de trabalho. Isso se relaciona diretamente com a perspectiva de Dias *et al.* (2025), sobre o nomadismo de identidades femininas. No tocante à relação entre transfobia e nomadismo, P1 conta que foi iniciada na família e, posteriormente, experimentada em outros espaços:

P1: Primeiro fui para Belo Horizonte, Minas Gerais. Fiquei em Belo Horizonte dois anos, depois fui para Goiânia, fiquei lá em Goiânia durante um ano e meio e depois vim pra São Paulo. (...) Porque o movimento da rua quando caía. Quando a gente chega na rua, a gente é estrela, começa a ganhar dinheiro, aí começa a ser conhecida, aí os clientes começa a enxergar outras “bichas” nova, aí a gente tem que ir pra uma cidade nova.

As condições de extrema pobreza e a marginalização dos corpos não cisgêneros em SR, aparecem retratados na situação de P1, uma vez que a experimentação da transfobia familiar dificultou nesta trajetória pessoal, possibilidades de acesso ao trabalho formal que supostamente é uma possibilidade comum a qualquer cidadão cisheterossexual, restando como alternativa de sobrevivência material, a prostituição; justificada a partir da perspectiva de Barros et al. (2023) e Rodrigues (2024) como sendo o resultado da não reprodução da performance de gênero:

P1: Quando eu saí da casa da cafetina, porque ela foi presa, eu não tinha para onde ir, aí minha opção foi vim morar no albergue e depois do albergue, eu fui morar na rua; (...) Desemprego, falta de oportunidade na vida e é isso mesmo.

Originada no processo de escravização, a prostituição, segundo Carvalho e Passos (2019), carregou historicamente, além da exploração sexual e econômica, diversas formas de exploração. Portanto, a prostituição — especialmente em sociedades operadas pelo racismo estrutural e moldadas pelo patriarcado, como a brasileira — “tornou-se um espaço político de autonomia e emancipação das mulheres negras, mulatas e pobres” (Carvalho & Passos, 2019, p.84). Dessa forma, ela se torna uma afronta ao sistema de dominação masculina, que historicamente tem, no espaço público da rua, um lugar majoritariamente ocupado por homens, que podem gozar de autonomia, não apenas para transitar e trabalhar, mas também no que diz respeito à liberdade sexual. Assim, na SR, a exposição direta de seus corpos as sujeita a uma condição que facilita um tipo de ação chamada por Medeiros (2019) de necropolítica, na qual precisam desenvolver artimanhas para evitar o extermínio. “Ao tomar conhecimento da morte e/ou agressão de membros de seu grupo social, passa a temer por sua vida e

tem suas subjetividades e expressões controladas" (p. 397). Por isso, a insegurança e o medo, gerados pela transfobia e pela SR, são sentimentos constantes nas trajetórias femininas.

P1: Sim. Já fui agredida, já tentaram deformar meu rosto. Outro dia mesmo eu tive uma discussão com uma pessoa e a pessoa veio me morder. Eu sofri muita agressão na rua, sábado passado mesmo, tem oito dias hoje, eu e meu companheiro sofremos agressão na rua, a gente estava vindo lá da casa de uma amiga nossa e a gente vinha passando ali pelo centro, perto de uma república. Aí veio uns doze rapazes, vieram para cima da gente, agrediu a gente. Eu sofri um cortezinho nas costas, um arranhão. Meu marido foi quem ficou com a cara toda deformada e foi para Santa Casa e saiu no domingo, oito horas da noite.

As relações na própria SR, são atravessadas pela transfobia, principalmente, quando as modificações corporais foram se tornando, de maneira mais visível, consoante com afirmação de Silva et al. (2024), no que tange à produção de abjeção e negação de direitos dessas vivências transgressoras do binarismo macho/fêmea. Por isso, essas pessoas ficam mais propensas a sofrer violências, como apontado por P1 ao dizer: "já sofri preconceito através de alguns amigos meus que diziam ser meus amigos. Quando souberam que me tornei trans, tiveram preconceito, alguns já quiseram me agredir". Nesse emaranhado de relações produzidas no contexto da SR, nota-se que, mesmo entre as pessoas T em SR, há uma reiterada apropriação das normas sociais do gênero, assim como ocorre em todas as sociedades alicerçadas no machismo e nas estruturas de classe, inclusive nas instituições que atendem essa população, conforme destaque de Barros et al. (2023, p. 7):

O acolhimento institucional a partir do sexo designado no nascimento se configuram como violência institucional na medida em que não se respeita a identidade de gênero da pessoa, configurando transfobia institucional. As vulnerabilidades se agravam diante das precariedades e violências relacionadas ao viver nas ruas.

No conteúdo tratado e no desfecho dessa mulher T, percebe-se estar associada diretamente à violência e ao crime, sem mencionar as valorações negativas apresentadas. Nos fragmentos, eclodem tentativas de higienização social, uma vez que a subordinação presente nessas pessoas contribui ainda mais para se intensificar a violência. P1: "Tenho medo de estar ali dormindo e alguém chegar e "tacar" fogo na minha barraca, chegar e matar a gente do nada, passar dando tiro, e é isso." Por isso, algumas mortes parecem ser retratadas como fenômenos naturais, como uma reiteração dos processos de exclusão impostos pelo sistema capitalista, que desqualifica aqueles considerados iguais.

P3: (...) pelo pouco que eu já vivi, convivi e já estudei, o pior preconceito parte dos próprios homossexuais; eu não sei se eles não se aceitam ou não aceita opinião do outro. Os gays "padrões", que se vestem como homem, que agem "normalmente", digamos assim, "eles sempre rejeitam aquele que é mais feminino ou aquele que se veste como mulher". Há essa divisão dentro do próprio grupo, entendeu? É um ou outro que vai dialogar que vai ter amizade contigo. Do jeito que eu estou aqui, todos querem ser meu amigo porque estou no padrão da sociedade, mas se eu tivesse como eu era antes, a rejeição era muito maior. Se dividem, se aglomeram dentro de grupos dentro de um grupo, entendeu?

A partir dessa perspectiva, a subjetividade é produzida constantemente e de maneira ininterrupta, uma vez que se forma nas e pelas relações sócio-históricas e culturais, possibilitadas pelos inúmeros processos de internalização. Esses processos, entendidos dentro de uma perspectiva histórico-cultural, são vistos como processos de aprendizagem ou incorporação de conteúdos à cognição, ocorrendo quando há a apropriação do que o mundo histórico, cultural e social disponibiliza. Assim, as mulheres T são mais vulneráveis, devido à moralização negativa dos corpos transformados "para o sexo". Por isso, esses corpos são considerados inadequados para relacionamentos afetivos no contexto da rua, o que contribui para a produção de parcerias frágeis na SR. P1: "o pessoal vê a pose de machão, vê aquilo ali: "Ah, aquele ali é homem, é parceiro nosso!"; e nunca que eles vão querer se acompanhar com uma trans."

Estratégias de resistência no cotidiano da rua

Esta categoria investigou as estratégias utilizadas pelos participantes para resistir aos efeitos adversos da vulnerabilidade múltipla, que envolve a combinação da transfobia, da SR e de outros fatores, como classe social e raça. A análise das estratégias revelou uma série de mecanismos de enfrentamento e formas de resistência desenvolvidas pelos indivíduos para superar as dificuldades diárias.

No contexto da rua, os enfrentamentos cotidianos, como o desemprego e a falta de oportunidades de trabalho, evidenciam um distanciamento acentuado das possibilidades de emancipação. A submissão à hierarquia binária, combinada com a SR, acentua o afastamento do mercado de trabalho, que, na perspectiva de Bendassolli (2009), é considerado um elemento fundamental não apenas para a satisfação das necessidades básicas, mas também para a evolução humana. Esse cenário se torna ainda mais complexo quando se considera a interseccionalidade entre raça e classe social, onde o racismo estrutural se torna um obstáculo adicional. O racismo, fundamentado na ideologia fictícia de superioridade de uma raça sobre outra, não é uma invenção, como proposto por Mbembe (2015) em "Crítica da Razão Negra". Essa estrutura de desigualdade é especialmente visível entre a população em SR, composta majoritariamente por pretos, pardos e indígenas, que somam 80% desse grupo no Brasil. González (1988) destaca que a superioridade branca ocidental ocupa simbolicamente um lugar de poder sobre a população negro-africana. Se antes essa relação era justificada pela escravização, atualmente, ela se perpetua dentro do sistema capitalista, que se alimenta da desigualdade social. Assim, a naturalização da pobreza torna-se uma construção social que não só marginaliza, mas também legitima a exclusão. Essa realidade é corroborada pelos relatos dos indivíduos em SR, que enfrentam não apenas a privação material, mas também um estigma social profundo. P2, por exemplo, compartilha sua experiência de fome e vulnerabilidade, refletindo sobre a falta de empatia das pessoas ao seu redor:

P2: Olha, eu já fiquei quatro dias sem comer e tomar banho, quando cheguei aqui... Mas, o que acontece é que eu fiquei meio chateado, porque as pessoas que têm condições de ajudar não ajudam, e quando você pede uma coisa para comer, as pessoas olham assim, tipo "É, tem saúde, tá forte, vai trabalhar", e não entendem que a gente não está nessa situação por vontade própria.

Esse relato revela não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a resistência e a luta por dignidade. É importante destacar que, no contexto das masculinidades T, as questões de identidade e expressão de gênero também influenciam a forma como essas experiências são vivenciadas e percebidas pela sociedade. A combinação da transfobia com a SR gera um quadro de vulnerabilidade que se manifesta em diversas esferas, incluindo o acesso a direitos básicos e à saúde. Assim, compreender a articulação entre classe, raça e gênero é necessário para desnaturalizar as narrativas que sustentam a exclusão e a marginalização dessa população, possibilitando a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

P2: (...) Ser negro, não ter muito estudo, mas por mais que você tenha talento e força de vontade de vencer na vida, tipo você coloca um emprego para mim e você vai falar: "Eu quero que você faça isso", se eu souber fazer, eu vou falar "eu sei fazer", mas nada me impede que eu possa correr atrás e executar o trabalho da melhor forma. Aí tem esse preconceito, porque a gente chega na loja às vezes para deixar currículo (eu sou um pouco tímido, entendeu?), aí eu chego às vezes para entregar assim: "Bom dia senhora, estão precisando de funcionário?" Aí, só pega o currículo e às vezes rasgam, e vários preconceitos, né?

O desemprego e a ausência de moradia fixa, pensado pela perspectiva de Zanello (2020), seriam fatores potentes para destroçar o papel simbólico de homem provedor, reforçado socialmente como o de produtivo, mantenedor e responsável por atender e dar suporte material às necessidades que surgirem no ambiente doméstico, sendo então as masculinidades no mundo capitalista têm sido edificadas a partir de múltiplas virilidades. A autora utiliza a expressão "virilidade" no sentido de poder em que, basicamente, tanto as virilidades sexual e laboral masculinas são o alicerce mantenedor da misoginia. Especificamente a virilidade laboral, conceituada por dispositivo de eficácia, ajuda a explicar o fato de que as masculinidades em SR ao serem desabastecidas do trabalho e, por conseguinte, do capital, são questionadas, uma vez que sem trabalho, o homem fica impedido de qualquer possibilidade de ascensão social ou do status produzidos pelo acesso ao consumo. Portanto, o trabalho é uma categoria atrelada ao sentido da existência humana e, nas sociedades capitalistas, seus múltiplos sentidos impõem como categoria disciplinadora, que trabalhar é ter moral, valor subjetivo e facilidades de integração na sociedade (Bendassolli, 2009).

Conclusão

Apesar dos esforços da Prefeitura de São Paulo e de seus funcionários para oferecer um serviço de qualidade, os desafios permanecem. As mulheres T enfrentam vulnerabilidades acentuadas devido à moralização negativa de seus corpos, dificultando seus relacionamentos afetivos e a integração social. A partir da ótica butleriana, a precariedade ontológica se evidencia não apenas pela insuficiência material da própria SR, mas também pelas desumanizações geradas pela opressão contra dissidências de gênero e sexualidade.

A transfobia, manifestada na restrição ao uso de banheiros adequados e na falta de privacidade, ilustra a violência institucional e a subordinação dessas identidades. Nos centros de convivência, pessoas trans são forçadas a usar banheiros de deficientes, mesmo quando outros estão desocupados, reforçando sua marginalização. Além disso, a transfobia familiar e a dissolução de laços sociais, muitas vezes iniciadas pela incongruência com a performance esperada, aumentam as vulnerabilidades que levam essas pessoas à SR, somando-se a fatores como dependência química e falta de trabalho. A exclusão resulta no distanciamento das condições de subsistência e na impossibilidade de acessar direitos básicos, reforçando sua precariedade.

A população T em SR enfrenta uma dupla estigmatização, pela identidade de gênero e pela precariedade social. A falta de escuta ativa e conhecimento sobre suas especificidades perpetuam a exclusão. O atendimento focado apenas nas mazelas, sem considerar potencialidades, inviabiliza a promoção da dignidade e inclusão. A análise crítica dos equipamentos públicos destinados à PSR revela um atendimento reducionista, baseado em um modelo binário que desconsidera a diversidade de gênero.

É essencial garantir condições mínimas de dignidade, como banheiros e dormitórios seguros, além do direito ao nome social. A transformação estrutural e a inclusão das perspectivas de pessoas T em SR, por meio de uma abordagem interseccional, são imperativas para promover integração e respeito. A continuidade das pesquisas e o engajamento científico são essenciais para melhorar os serviços e construir uma sociedade mais inclusiva e justa.

Referências

- Akotirene, C. *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro, Pólen, 2020.
- Alves, M. T. R., Silva, J. P., Oliveira, R. F., Santos, L. M., & Pereira, C. A. (2023). Prevalência de sífilis entre travestis e mulheres transexuais em situação vulnerável, participantes do estudo TransOdara – Manaus, Amazonas, 2020 a 2021. *Bepa. Boletim Epidemiológico Paulista*, 20, 1–13.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (ANTRA; 2022). *Dossiê ANTRA 2022: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021*. ANTRA. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>
- Barros, C. R. D. S., Matsuda, E. M., Rocha, A. B. M. D., López-Lopes, G. I. S., Campos, N. C., Brígido, L. F. D. M., & Veras, M. A. D. S. M. (2024). Fatores associados à viremia do HIV entre mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras, 2019–2021: Estudo multicêntrico. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 33, e2024412. <https://doi.org/10.1590/s2237-96222024000100017>
- Barros, K. C. C., Morais, A. V. C., Coelho, E. A. C., Jesus, M. E. F., Araújo, R. D. D., & Oliveira, J. F. (2023). Saúde da mulher transgênera em situação de rua. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 23(2), 1–9. <https://doi.org/10.25248/reas.e11698.2023>
- Bendassolli, P. F. (2009). *Psicologia e trabalho: apropriações e significados*. Cengage Learning.
- Brasil. (2009). *Decreto No. 7.053 de 23 de dezembro de 2009: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
- Brasil. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Reimpressão. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. n-1 Edições.
- Carvalho, M., & Passos, M. (2019). *O espaço público e as relações de gênero na prostituição: contextos de resistência e vulnerabilidade*. Humanitas.

- Coelho, G. G. (2022). *Vicissitudes da LGBTfobia: um estudo sobre a situação de rua e o abandono de pessoas LGBT na cidade de São Paulo* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, SP, Brasil.
- Silva, B. I. S.; Almeida, J. S., Costa, P. R., & Santos, M. G. (2024). Utilização dos serviços de saúde por mulheres trans em situação de rua: uma percepção em Belo Horizonte. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 27(1), 75–88. <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/1997>
- Dias, W. P., Oliveira, A. J., Oliveira, D. P., Silva, D. D., Gomes, F. S., Ferreira, L. C., & Veras, M. A. S. M. (2025). Pessoas trans e travestis em situação de rua em Salvador: Estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e de acesso aos serviços socioassistenciais e de saúde, 2021 e 2022. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 33, e2024515. <https://doi.org/10.1590/s2237-962220250>
- Favero, S. (2019). Cisgeneridades precárias. *Bagoas: Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 13(20), 169–197.
- Foucault, M. (2020). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Edição Paz e Terra.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural da amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69–82.
- Hining, S. M., & Toneli, M. J. F. (2023). Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 31(1): e83266. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183266>
- Jara, M. D. (2021). *O trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5a. ed.). Atlas.
- Leite, M. P. (2017). *Pessoas em situação de rua e políticas públicas no Brasil: uma análise crítica*. Cortez.
- Mbembe, A. (2015). *Crítica da razão negra*. n-1 Edições.
- Medeiros, E. S. (2019). Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBT fóbicos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 13(2), 287–300. <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1728>
- Morais, M. R. S. R. (2024). Introdução à análise do discurso: O programa de Michel Pêcheux. *Revista ARACÊ*, 6(4), 10943–10956. <https://doi.org/10.56238/arev6n4-002>
- Nobre, P., et al. (2018). *Migração e situação de rua na cidade de São Paulo: um estudo demográfico*. FAPESP.
- Pimenta, E. R. (2019). *A heterogeneidade da população em situação de rua: desafios e perspectivas*. Cortez.
- Qualitest Inteligência em Pesquisa. (2019). *Pesquisa censitária da população em situação de rua: caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo*. Qualitest.
- Rodrigues, P. R. A. (2024). *Violências consentidas: as mãos invisíveis do estado e do mercado na produção de violência contra a mulher usuária compulsiva de drogas na cracolândia do Bairro José Menino, em Santos* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Santos.
- Santos, E. L. O., Kalckmann, S., Borrego, C. C. H., Sellinger, N. C., Imparato, R. R., & Rosa, T. E. C. (2021). Relato de experiência: Travestis e transexuais em situação de rua e o processo de hormonioterapia pelo SUS. *BIS, Boletim do Instituto de Saúde*, 22(1), 111–117.
- Sawaia, B. B. (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Vozes.
- Schor, S. M., Silva, A. R., Pereira, M. L., & Souza, T. F. (2018). Censo, perfil demográfico e condições de vida da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Em E. E. Broide, J. Broide & S. M. Schor (Orgs.), *População de Rua - Pesquisa Social Participativa* (pp. 105-230). Juruá.
- Silva, B. I. S., Lachtim, S. A. F., Figueiredo, N. M., Randow, C. G. R., Gontijo, T. G. G. G., & Freitas, G. L. (2024). Utilização dos serviços de saúde por mulheres trans em situação de rua: Uma percepção em Belo Horizonte. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 27(1), 75–88. <https://doi.org/10.5935/2359-4559.20240008>
- Silva, T. S., Rocha, L. F., de Souza Silva, K., da Silva Acerbi, J. M., da Silva, W. F., & Neumann, M. M. (2021). Sofrimento psicossocial das populações transexuais e travestis em situação de rua. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, 2(3), 1–13.
- Souza, E. S., & Tanaka, L. H. (2021). Cuidado em saúde: Pesquisa-ação com pessoas trans em situação de rua. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 75(Suppl 2), 1–9. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0170>
- Temponi, S. R. N., Ribeiro, L. P., Pinheiro, T. M. M., & Carvalho, S. M. (2022). *Tudo é violência, viver é violência!*: representações sociais e vivências de mulheres em situação de rua. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4027. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2022.e4027>
- Zanello, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.

CrediT

Conceitualização: C.G.G.; Metodologia: C.G.G.; F.S.T.F.; Análise Formal: C.G.G.; F.S.T.F.; Pesquisa: C.G.G.; Redação (rascunho original): C.G.G.; Redação (revisão e edição): C.G.G.; Visualização: C.G.G.; F.S.T.F.; Supervisão: F.S.T.F.